

Miguel M. Gonçalves; Mário R. Simões; Leandro S. Almeida; Carla Machado (eds.) 2006. Avaliação Psicológica Vol. I: Instrumentos Validados para a População Portuguesa. 2.^a edição revista e com novos dados normativos. Coimbra: Quarteto. 276 pp. ISBN13 : 978-989-558-069-9

A avaliação psicológica pode desempenhar um papel de crucial importância na compreensão do funcionamento mental. Durante as últimas décadas, a psicologia tem utilizado vários instrumentos de avaliação psicológica, porém, muitas vezes, sem a devida compreensão sobre os procedimentos e metodologias necessários à avaliação científica dos fenómenos humanos, principalmente no que diz respeito à utilização de um pensamento mais sistemático e organizado.

Através da utilização de instrumentos psicométricos pré-definidos e padronizados, é possível aceder a uma melhor compreensão dinâmica dos potenciais cognitivos e organização estrutural da personalidade, permitindo ainda uma análise de comportamentos, atitudes e reacções no setting da avaliação psicológica. A constituição de uma sub-área do conhecimento psicológico, denominada 'avaliação psicológica' foi firmada pelo objectivo de medir fenómenos e processos psicológicos por meio de procedimentos diagnósticos ou prognósticos. A avaliação é um momento decisivo na prática psicológica, nos mais diversos contextos de exercício profissional. Um dos problemas centrais, em Portugal, nesse campo, é a ausência de instrumentos devidamente adaptados à nossa população e aos seis subgrupos específicos. Assim, defrontamo-nos, na prática e na investigação, com uma clara dificuldade em avaliar construtos que aparecem referidos na literatura científica e que são essenciais para o trabalho do psicólogo.

Esta dificuldade de ordem prática inspira, por vezes, utilizações claramente abusivas dos instrumentos de avaliação.

Frequentemente, os psicólogos utilizam um procedimento preocupante para lidar com esta ausência de adaptações nacionais: usam os critérios provenientes de outros (na maioria das vezes, dos Estados Unidos da América). O bom senso e os estudos empíricos, que demonstram modificações culturais importantes tanto nos valores normativos, como por exemplo, na estrutura factorial dos instrumentos, desaconselham fortemente este procedimento. Assim, não só os parâmetros normativos são distintos de cultura para cultura mas, também, o próprio significado dos conceitos se pode modificar (p.14).

Para tanto, devem-se considerar três critérios interdependentes: a medida, o instrumento e o processo de avaliação. Com efeito, a Avaliação Psicológica é uma tarefa fundamental em diferentes áreas profissionais, e em especial na da psicologia e da psiquiatria, que depende muito, ainda que não exclusivamente, da qualidade dos instrumentos de medida disponíveis e com estudos consistentes.

As investigações apresentadas neste volume centram-se em instrumentos específicos e perspectivam o estado de desenvolvimento da Avaliação Psicológica em Portugal. A escolha e o recurso a instrumentos de avaliação são elementos indissociáveis do saber e supõem o conhecimento da informação relativa aos estudos psicométricos (incluindo investigações centradas na análise de itens, na precisão, na validade e na produção de normas). A sua utilização exige uma compreensão crítica sobre as potencialidades, limites e esforços de aperfeiçoamento e, por isso, requerem o domínio da bibliografia específica que inclui a fundamentação teórica e empírica e, obviamente, os estudos realizados em Portugal.

Este é o projecto programático da *Série Avaliação Psicológica: Instrumentos Validados para a População Portuguesa*, que pretende assegurar a divulgação de instrumentos de referência convenientemente adaptados e aferidos para a população

portuguesa e, neste contexto, tem a ambição de contribuir para o desenvolvimento da prática e do ensino da avaliação psicológica em Portugal.

A reedição do volume I do livro *Avaliação Psicológica* justifica-se pelo exposto e pelo facto de, já há algum tempo, se encontrar esgotada a 1.ª edição, e cuja principal preocupação está em representar e caracterizar os mais significativos avanços da área de Avaliação Psicológica, disponibilizados por professores, pesquisadores e profissionais da área em Portugal. Nesta 2.ª edição, foram introduzidas alterações em 8 capítulos quer através de uma actualização com novos estudos e dados normativos, quer por introdução de conteúdos originais.

Os coordenadores desta colecção referem que não é sua pretensão proceder a novas reedições, mas assumem o compromisso de produzir publicações com periodicidade anual e com um impecável nível de qualidade e actualizadas, mas em secção especial que passará a integrar cada novo volume. Assim, o formato desta reedição não se voltará a repetir.

Quanto às novas alterações, corresponderam as seguintes provas psicológicas:

- Capítulo 1, páginas 21-36 - Inventário de Personalidade NEO Revisado (NEO-PI-R), por Margarida Pedroso de Lima e António Simões.
- Capítulo 2, páginas 37-44 - Escala de Depressão do Centro de Estudos Epidemiológicos (CES-D), por Bruno Gonçalves e Teresa Fagulha.
- Capítulo 5, páginas 75-88 - Escala de Crenças sobre Punição Física (ECPF) por Carla Machado, Miguel Gonçalves e Marlene Matos.
- Capítulo 7, páginas 101-120 - Questionário de Vivências Académicas por Ana Paula Soares, Leandro S. Almeida e Joaquim Armando Ferreira.
- Capítulo 8, páginas 121-134 - Escala de Concepções Pessoais de Inteligência (ECPI): Novos Estudos, por Luísa Faria.

- Capítulo 11, páginas 163-176 - Prova Cognitiva de Inteligência Social (PCIS-R), por Adelinda Araújo Candeias.

- Capítulo 12, páginas 177-198 - Escala de Inteligência de Wechsler para a Idade Pré-Escolar e Primária – Forma Revista (WPPSI-R), por Maria João Seabra-Santos, Mário Rodrigues Simões, Cristina P. Albuquerque, Marcelino Pereira, Leandro Almeida, Carla Ferreira, Carla Lança e Ana Filipa Lopes.

- Capítulo 13, páginas 199-232 - Escala de Inteligência de Wechsler para Crianças – Terceira Edição (WISC-III), revista por Mário R. Simões, M. João Seabra-Santos, Cristina P. Albuquerque, Marcelino M. Pereira, Leandro S. Almeida, António Menezes Rocha, Carla Ferreira, Ana F. Lopes, Ana A. Gomes, Rosa E. Xavier, Fátima Rodrigues, Carla Lança, Joana Matoso, Joana Nunes, Marta Filipe e Carla Eusébio.

Os restantes 6 capítulos ficaram inalterados e apresentam os seguintes instrumentos de avaliação psicológica:

- Capítulo 3, páginas 45-60 -. O Inventário de Estado-Traço de Ansiedade (STAI), por Danilo R. Silva
 - Capítulo 4, páginas 61-74 - Teste dos Objectivos de Vida (PIL-R), por Elizabeth Peralta e Maria Eugénia Duarte Silva.
 - Capítulo 6, páginas 89-100 - Questionário Holandês do Comportamento Alimentar (DEBQ), de Victor Viana e Susana Sinde.
 - Capítulo 9, páginas 135-150 - Inventário de Processos de Estudo (IPE), por Pedro Sales Luís Rosário, Isabel Ferreira e Ângela Cunha
 - Capítulo 10, páginas 151-162 - Prova de Resolução de Problemas por Insight, de Maria de Fátima Morais.
 - Capítulo 14, páginas 233-275 - Recensão crítica dos estudos realizados em Portugal com a GATB (Bateria de Testes de Aptidões), por Helena Rebelo Pinto.
- Consultar este livro é de uma simplicidade extrema, uma vez que os diferentes capítulos estão organizados de acordo com uma estrutura comum, facilitando a

consulta dos textos. Cada capítulo aborda, tendencialmente e por sequência, as seguintes 10 rubricas:

Indicações quanto às dimensões avaliadas.

História.

Fundamentação teórica da prova.

Estudos realizados em Portugal.

Elementos de interpretação dos resultados.

Exame crítico ao instrumento (vantagens, potencialidades, limitações, desenvolvimento e estudos futuros).

Bibliografia fundamental.

Material que constitui a prova.

Editores e distribuidores.

Forma de contacto com os autores.

Este livro, ao pretender tratar de uma temática de relevância para as necessidades quotidianas dos profissionais, quer na clínica quer na formação, e preencher uma lacuna da publicação técnica na área da psicologia – juntamente com a linguagem objectiva, aliada à profundidade dos conteúdos e das referências – fornece ao leitor uma revisão indispensável, na manutenção de sua informação e na sua actualização enquanto profissional. É um livro de excelente qualidade científica, de baixo custo e que vale a pena adquirir.

Margarida Pocinho

Escola Superior de Tecnologias da Saúde / Instituto Superior Miguel Torga

Isabel Maria Pinheiro Borges Moreira. 2006. *O Doente Terminal em Contexto Familiar: Uma Análise da Experiência de Cuidar Vivenciada pela Família*. Coimbra: Formasau. 154 pp. ISBN 972-8485-64-6.

Isabel Moreira, Mestre em Ciências de Enfermagem, apresenta uma obra sobre o doente terminal, do ponto de vista dos seus cuidadores principais: a família. Pretende, desta forma, analisar quais as dificuldades subjacentes a esta tarefa; as motivações que levam os familiares a assumirem a seu cargo os cuidados de um doente em fase terminal; e qual o papel que deve ser desempenhado pelas instituições de saúde e seus profissionais, junto da família e do doente, na sua própria comunidade. O livro encontra-se dividido em duas partes, referindo, respectivamente, a família e o doente terminal como a unidade a cuidar e, por outro lado, os significados da vivência de cuidar.

A primeira parte está subdividida em três capítulos, abordando a família, sua estrutura e funções, o doente terminal e o contexto de cuidar e, como questão essencial, a relação que se estabelece entre a família e o doente terminal. A autora reconhece, desde o início, que é sobre a família que incidem as responsabilidades e de quem se espera uma resposta a todo o tipo de obstáculos que possam surgir. Apesar das profundas transformações, nas últimas décadas, em termos de estrutura e até constituição, o conceito de família ainda se prende com a realidade de conjunto de indivíduos que estabelecem relações e se organizam entre si, tendo associadas funções específicas de apoio e protecção dos seus membros. Perante o facto de um dos membros da família ter uma doença, é necessário compreender que a doença afecta o indivíduo em todas as suas dimensões (biológica, psicológica, espiritual e social), repercutindo-se na unidade familiar e convertendo-se numa doença familiar.

Neste sentido, existem, segundo a au-